



# DO SUCESSO RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS PARA NOVOS GALP ENERGIA DESAFIOS 2010





GALP ENERGIA  
RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS **2010**



Contas individuais	6
Relatório de auditoria	35
Certificação legal das contas	36
Relatório e parecer do conselho fiscal	37

## GALP ENERGIA SGPS. S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Activo	Notas	2010	2009
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos tangíveis	12	9	14
Activos intangíveis	12	-	-
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas	4	1.196.626	1.167.787
Participações financeiras em participadas	4	153	438
Outras contas a receber	14	2.850.635	1.387.645
Activos por impostos diferidos	9	206	221
Outros investimentos financeiros	17	702	-
<b>Total do activo não corrente:</b>		<b>4.048.331</b>	<b>2.556.105</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Clientes	15	4.836	1.018
Outras contas a receber	14	187.461	464.963
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	50.654	26.289
Caixa e seus equivalentes	18	434	43.797
<b>Total do activo corrente:</b>		<b>243.385</b>	<b>536.067</b>
<b>Total do activo</b>		<b>4.291.716</b>	<b>3.092.172</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Capital Próprio:</b>			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Resultados acumulados		402.185	72.036
Dividendos antecipados	30	(49.755)	(49.755)
Resultado líquido do exercício		355.147	495.999
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>1.812.661</b>	<b>1.623.364</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos	22	851.319	505.036
Empréstimos obrigacionistas	22	1.000.000	700.000
Provisões	25	7.087	3.716
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>1.858.406</b>	<b>1.208.752</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	22	229.707	3.269
Fornecedores	26	352	457
Outras contas a pagar	24	337.562	228.080
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	53.028	28.250
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>620.649</b>	<b>260.056</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>2.479.055</b>	<b>1.468.808</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>4.291.716</b>	<b>3.092.172</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo  
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira  
 Eng. Manuel Domingos Vicente  
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Eng. José António Marques Gonçalves  
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro  
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva  
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves  
 Dr. Luca Bertelli

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito  
 Dr. Claudio De Marco  
 Dr. Paolo Grossi  
 Eng. Fabrizio Dassogno  
 Eng. Giuseppe Ricci  
 Eng. Luigi Spelli  
 Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia  
 Eng<sup>a</sup>. Maria Rita Galli

## GALP ENERGIA SGPS. S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2010	2009
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Prestação de Serviços	5	7.381	7.937
Outros proveitos operacionais	5	2.544	769
<b>Total de proveitos operacionais:</b>		<b>9.925</b>	<b>8.706</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Fornecimentos e serviços externos	6	(8.491)	(6.726)
Custos com o pessoal	6	(5.033)	(4.821)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	(5)	(12)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	(3.365)	(855)
Outros custos operacionais	6	(808)	(1.189)
<b>Total de gastos operacionais:</b>		<b>(17.703)</b>	<b>(13.603)</b>
<b>Resultados operacionais:</b>		<b>(7.777)</b>	<b>(4.897)</b>
Proveitos financeiros	8	92.111	59.039
Custos financeiros	8	(74.094)	(60.799)
Ganhos (perdas) cambiais		(43)	-
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	348.803	501.420
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	702	-
<b>Resultado antes de impostos:</b>		<b>359.702</b>	<b>494.763</b>
Imposto sobre o rendimento	9	(4.555)	1.236
<b>Resultado antes de interesses minoritários:</b>		<b>355.147</b>	<b>495.999</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	10	<b>355.147</b>	<b>495.999</b>
<b>Resultado por acção (valor em Euros)</b>	10	<b>0,43€</b>	<b>0,60€</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo  
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira  
Eng. Manuel Domingos Vicente  
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes  
Eng. José António Marques Gonçalves  
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro  
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva  
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves  
Dr. Luca Bertelli

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito  
Dr. Claudio De Marco  
Dr. Paolo Grossi  
Eng. Fabrizio Dassogno  
Eng. Giuseppe Ricci  
Eng. Luigi Spelli  
Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia  
Eng<sup>a</sup>. Maria Rita Galli

## GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outras reservas (Nota 20)	Resultados acumulados	Dividendos antecipados (Nota 30)	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>174.944</b>	<b>(421.537)</b>	<b>(124.095)</b>	<b>777.816</b>	<b>1.318.385</b>
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	495.999	495.999
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	-	-	-	-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>		-	-	-	-	-	<b>495.999</b>	<b>495.999</b>
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	(265.360)	124.095	-	(141.265)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	18.883	758.933	(49.755)	(777.816)	(49.755)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>72.036</b>	<b>(49.755)</b>	<b>495.999</b>	<b>1.623.364</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>72.036</b>	<b>(49.755)</b>	<b>495.999</b>	<b>1.623.364</b>
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	355.147	355.147
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	-	-	-	-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>		-	-	-	-	-	<b>355.147</b>	<b>355.147</b>
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	(165.850)	49.755	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	495.999	(49.755)	(495.999)	(49.755)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>402.185</b>	<b>(49.755)</b>	<b>355.147</b>	<b>1.812.661</b>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo  
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira  
Eng. Manuel Domingos Vicente  
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes  
Eng. José António Marques Gonçalves  
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro  
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva  
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves  
Dr. Luca Bertelli

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito  
Dr. Claudio De Marco  
Dr. Paolo Grossi  
Eng. Fabrizio Dassogno  
Eng. Giuseppe Ricci  
Eng. Luigi Spelli  
Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia  
Eng<sup>a</sup>. Maria Rita Galli



## GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2010	2009
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		10.634	11.299
Pagamentos a fornecedores		(13.100)	(9.089)
Pagamentos ao pessoal		(2.467)	(4.541)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.470)	67.442
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(744)	(4.807)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>(11.147)</b>	<b>60.303</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras	4	1.035	-
Juros e proveitos similares		71.401	21.391
Dividendos	4	348.764	501.409
Empréstimos concedidos		26.250	603.457
		<b>447.450</b>	<b>1.126.257</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(29.550)	(1.154)
Empréstimos concedidos		(1.461.080)	(1.005.711)
		<b>(1.490.630)</b>	<b>(1.006.865)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(1.043.180)</b>	<b>119.392</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.212.725	742.045
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(41.500)	(428.165)
Juros e custos similares		(70.098)	(52.219)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(165.850)	(191.021)
		<b>(277.448)</b>	<b>(671.405)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>935.277</b>	<b>70.640</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(119.050)	250.335
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	43.493	(206.842)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	(75.557)	43.493

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo  
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira  
 Eng. Manuel Domingos Vicente  
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Eng. José António Marques Gonçalves  
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro  
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva  
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves  
 Dr. Luca Bertelli

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito  
 Dr. Claudio De Marco  
 Dr. Paolo Grossi  
 Eng. Fabrizio Dassogno  
 Eng. Giuseppe Ricci  
 Eng. Luigi Spelli  
 Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia  
 Eng<sup>a</sup>. Maria Rita Galli

### DEMONSTRAÇÕES NO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2010	2009
<b>Resultado líquido do exercício</b>	10	<b>355.147</b>	<b>495.999</b>
<b>Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios</b>		<b>355.147</b>	<b>495.999</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo  
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira  
 Eng. Manuel Domingos Vicente  
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Eng. José António Marques Gonçalves  
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro  
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva  
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves  
 Dr. Luca Bertelli

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito  
 Dr. Claudio De Marco  
 Dr. Paolo Grossi  
 Eng. Fabrizio Dassogno  
 Eng. Giuseppe Ricci  
 Eng. Luigi Spelli  
 Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia  
 Eng<sup>a</sup>. Maria Rita Galli

<b>1. NOTA INTRODUTÓRIA</b>	11
<b>2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</b>	11
2.1. Bases de apresentação	11
2.2. Participações financeiras em empresas subsidiárias	13
2.3. Activos tangíveis	13
2.4. Activos intangíveis	13
2.5. Imparidade de activos não correntes, excepto goodwill	13
2.6. Provisões	13
2.7. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira	13
2.8. Proveitos e especialização de exercícios	13
2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	13
2.10. Imposto sobre o rendimento	13
2.11. Instrumentos financeiros	14
2.12. Classificação da demonstração da posição financeira	15
2.13. Eventos subsequentes	15
2.14. Estimativas e julgamentos	15
2.15. Política de gestão de riscos e respectivas coberturas	15
<b>3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO</b>	15
<b>4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS</b>	16
4.1. Participações financeiras em empresas subsidiárias	16
4.2. Participações financeiras em empresas participadas e conjuntamente controladas	16
<b>5. PROVEITOS OPERACIONAIS</b>	17
<b>6. CUSTOS OPERACIONAIS</b>	17
<b>7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS</b>	18
<b>8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS</b>	18
<b>9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</b>	18
<b>10. RESULTADOS POR ACÇÃO</b>	20
<b>11. GOODWILL</b>	20
<b>12. ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS</b>	20
<b>13. SUBSÍDIOS</b>	20
<b>14. OUTRAS CONTAS A RECEBER</b>	21
<b>15. CLIENTES</b>	21
<b>16. INVENTÁRIOS</b>	21
<b>17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	21
<b>18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	21
<b>19. CAPITAL SOCIAL</b>	21
<b>20. OUTRAS RESERVAS</b>	22
<b>21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM</b>	22
<b>22. EMPRÉSTIMOS</b>	22
<b>23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS</b>	23
<b>24. OUTRAS CONTAS A PAGAR</b>	23
<b>25. PROVISÕES</b>	23
<b>26. FORNECEDORES</b>	24
<b>27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS</b>	24
<b>28. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS</b>	25
<b>29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	30
<b>30. DIVIDENDOS</b>	31
<b>31. RESERVAS PETROLÍFERAS</b>	31
<b>32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS</b>	31
<b>33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES</b>	31
<b>34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS</b>	32
<b>35. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>	32
<b>36. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO RELATO FINANCEIRO (IFRS)</b>	32
<b>37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	34

# GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S.A.

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de Dezembro de 2010 evidenciada na Nota 19.

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do Capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2010. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

Apesar de as demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009, apresentadas e aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas, terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“POC”), a Empresa apresenta pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo observado as disposições previstas na IFRS 1 – Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), na preparação das demonstrações financeiras anexas. Ao abrigo desta disposição contabilística, a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas por forma a estarem de acordo com os IFRS. Os ajustamentos efectuados no processo de transição foram reportados a 1 de Janeiro de 2004 (data da transição), encontrando-se descritos na Nota 36, os efeitos derivados da adopção das IFRS. Nessa nota são igualmente apresentados os efeitos da conversão para IFRS por ter sido esta a data adoptada pelo grupo para a transição para as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009, em virtude de as contas que foram submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, terem sido as demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC.

As normas “IAS/IFRS” aprovadas e publicadas no JOUE (Jornal Oficial da União Europeia) durante o exercício de 2010 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e Interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
IFRIC 19 Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	24 de Julho de 2010	após 30 de Junho de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Revisão à norma IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas	20 de Julho de 2010	após 31 de Dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IFRIC 14 pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	20 de Julho de 2010	após 31 de Dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emenda à IFRS 1 Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez	1 de Julho de 2010	após 30 de Junho de 2010	2011	Não aplicável

As normas "IAS/IFRS" aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2010 e com aplicação contabilística em exercícios presentes e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e Interpretações adoptadas, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IFRS 1 Isenções adicionais para os adoptantes pela primeira vez	24 de Junho de 2010	após 31 de Dezembro de 2009	2010	Não aplicável
Emendas à IFRS 2 Pagamento com base em acções	24 de Março de 2010	após 31 de Dezembro de 2009	2010	Não aplicável
Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro	24 de Março de 2010	após 31 de Dezembro de 2009	2010	Sem impactos contabilísticos
Emendas à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	24 de Dezembro de 2009	1 de Fevereiro de 2010	2010	Sem impactos contabilísticos
IFRIC 18 Transferência de Activos para Clientes	1 de Dezembro de 2009	31 de Outubro de 2009	2010	Sem impactos contabilísticos
IFRIC 17 Distribuições aos Proprietários que não são caixa	27 de Novembro de 2009	31 de Outubro de 2009	2010	Sem impactos contabilísticos
Revisão IFRS 1 Primeira aplicação de IFRS	26 de Novembro de 2009	31 de Dezembro de 2009	2010	Não aplicável
Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: relativas aos Itens elegíveis para cobertura	16 de Setembro de 2009	30 de Junho de 2009	2010	Sem impactos contabilísticos
IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis	23 de Julho de 2009	31 de Dezembro de 2009	2010	Sem impactos contabilísticos
Revisão IFRS 3 Concentrações de Actividades	12 de Junho de 2009	30 de Junho de 2009	2010	Com impactos contabilísticos previsíveis em exercícios futuros aquando da aquisição de novos negócios.
Alterações à IAS 27 Demonstrações financeiras Consolidadas e separadas	12 de Junho de 2009	30 de Junho de 2009	2010	Com impactos contabilísticos previsíveis em exercícios futuros aquando da alteração de controlo sobre participações financeiras.
IFRIC 16 Cobertura de Investimentos líquidos numa unidade operacional estrangeira	5 de Junho de 2009	30 de Junho de 2009	2010	Sem impactos contabilísticos
IFRIC 12 Acordos de Concessão de serviços	26 de Março de 2009	29 de Março de 2009	2010	Os impactos contabilísticos encontram-se expressos na Nota 2.23

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras individuais anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de activos e passivos, assim como as quantias reportáveis de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

A Empresa, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, conforme aprovadas pela União Europeia.

As principais políticas contabilísticas adoptadas Empresa, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao valor de aquisição, tal como explicado na Nota 2.10 a). A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2010 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

## 2.2. Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias, são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de imparidades.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 4.

## 2.3. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, a partir do mês de início da utilização ou entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos activos tangíveis, durante a sua vida útil estimada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de Vida Útil
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos activos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente.

## 2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do activo intangível e são as que se seguem:

	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3

## 2.5. Imparidade de activos não correntes, excepto goodwill

São efectuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do activo ou activos em apreço. Nos casos em que o valor escriturado do activo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade, de activos fixos.

A quantia recuperável, é o maior, entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados do activo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o activo ou unidade geradora de caixa a que este seja alocável. A taxa de desconto utilizada na actualização dos fluxos de caixa descontados reflecte o WACC (Weighted Average Cost of Capital) do Grupo Galp.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações e depreciações. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram transacções que devessem ser classificadas como provisões para reestruturação.

## 2.7. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor à data da transacção.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

## 2.8. Proveitos e especialização de exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

## 2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o regime de periodização económica.

## 2.10. Imposto sobre o rendimento

Desde o exercício de 2001, a Galp Energia, SGPS, S.A. encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS") o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos escriturados e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de geração de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

## 2.11. Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes se a maturidade ou expectativa de realização for inferior a 12 meses, caso contrário são classificados como investimentos não correntes.

As aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, justo valor do preço pago, incluindo as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

### b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal. Na data de cada balanço, este montante é deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

### c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem..

### d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o regime de periodização económica.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a montagem e estruturação dos empréstimos.

### e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar decorrentes da actividade operacional não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

### f) Instrumentos derivados

#### Contabilidade de cobertura

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para a cobertura de riscos financeiros com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de justo valor respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. Os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de justo valor são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura; e
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de "Discounted Cash-flows", entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios de avaliação geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é desconhecida quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efectuada uma análise dos contratos existentes na Empresa, no âmbito de detecção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detectado derivados financeiros susceptíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente, nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

#### **g) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

### **2.12. Classificação da demonstração da posição financeira**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

### **2.13. Eventos subsequentes**

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

### **2.14. Estimativas e julgamentos**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afectam os montantes dos activos e passivos registados, a apresentação de activos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proventos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados actuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas actualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjectividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada susceptibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na actuação operativa é significativo.

#### **Provisões para contingências**

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

### **2.15. Política de gestão de riscos e respectivas coberturas**

As actividades do Grupo Galp Energia levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da actividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

A Empresa dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com directrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações.

## **3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

Não aplicável.

## 4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

### 4.1. Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras detidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram as seguintes:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade	Custo de aquisição	
	Localidade	País	2010	2009		2010	2009
Galp Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	100,00%	100,00%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.	6.154	6.154
Galp Energia E&P B.V.	Amesterdão	Holanda	100,00%	100,00%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos, gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	29.568	18
Next Priority SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	100,00%	100,00%	Gestão de participações sociais.	50	50
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	100,00%	100,00%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; Transporte distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.	803.556	804.267
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	100,00%	100,00%	Gestão de participações sociais.	344.922	344.922
Galp Power, SGPS, S.A..	Lisboa	Portugal	100,00%	100,00%	A gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício da actividade económica.	12.376	12.376
						<b>1.196.626</b>	<b>1.167.787</b>

Em 5 de Agosto de 2010, a subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., sofreu um processo de cisão, através do destaque da unidade económica autónoma correspondente ao Parque de Aveiro, para constituir uma nova sociedade denominada SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A. ("SGPPAMAG").

A Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., não sofreu qualquer redução no seu capital social, tendo o capital social da SGPAMAG, sido totalmente realizado em espécie através da transferência da citada unidade económica do Parque de Aveiro pelo valor contabilístico de mEuros 711.

Em 26 de Agosto de 2010 a Galp Energia, SGPS, S.A., alienou a totalidade da participação financeira na SGPAMAG à Companhia União Fabril, S.A. (CUF), pelo montante de mEuros 750, tendo gerado uma mais valia no montante de mEuros 39.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram deliberadas distribuições de dividendos pelas subsidiárias da Empresa nos montantes de mEuros 348.764 e mEuros 501.420, respectivamente, os quais se encontram reflectidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios da Empresa em cada um daqueles exercícios.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os movimentos ocorridos na rubrica resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias, foram os seguintes:

Dividendos recebidos	348.764
Mais valias com alienação de participações subsidiárias	39
	<b>348.803</b>

### 4.2. Participações financeiras em empresas participadas e conjuntamente controladas

As participações financeiras detidas em empresas participadas e conjuntamente controladas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram as seguintes:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Custo de aquisição	
	Localidade	País	2010	2009	2010	2009
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	Oeiras	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Central E, S.A.	Lisboa	Portugal	0,70%	0,70%	2	2
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, Lda.		Cabo Verde	-	0,71%	-	285
Omegas - Sociedade D'Etuded du Gazoduc Magreb - Europe		Marrocos	-	5,00%	35	35
Galp Swazilândia		Swazilândia	-	-	1	1
Galp Gâmbia		Gâmbia	-	-	-	-
					<b>153</b>	<b>438</b>

No exercício de 2010, a Empresa alienou à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., a participação de 0,7% que detinha na Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, Lda., pelo montante de mEuros 285.



## 5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais da Empresa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

Rubricas	2010	2009
Prestações de serviços	7.381	7.937
<b>Outros proveitos operacionais:</b>		
Proveitos suplementares	2.544	661
Outros	-	108
	<b>2.544</b>	<b>769</b>
	<b>9.925</b>	<b>8.706</b>

As prestações de serviços, no montante de mEuros 7.381, respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados a outras empresas do grupo.

Os proveitos suplementares referem-se, essencialmente, a créditos a empresas do grupo, de gastos incorridos por conta das mesmas.

As prestações de serviços efectuadas pela Empresa nos exercícios de 2010 e 2009, tiveram a seguinte distribuição, por mercado geográfico:

	2010	2009
Mercado interno	6.881	7.937
Mercado externo	500	-
	<b>7.381</b>	<b>7.937</b>

## 6. CUSTOS OPERACIONAIS

O resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

Rubricas	2010	2009
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>		
Outros trabalhos especializados	6.331	5.122
Estudos e projectos	701	93
Deslocações e estadas	342	423
Rendas e alugueres	238	181
Seguros	231	245
Outros custos	120	109
Combustíveis	93	80
Servilios jurídicos	74	119
Comunicação	70	63
Despesas de representação	59	41
Artigos para oferta	58	22
Serviços informáticos	49	58
Publicidade	35	-
Marketing e comunicação	34	91
Honorários	20	17
Material de escritório	20	22
Conservação e reparação	9	25
Contencioso e notariado	4	12
Ferramentas e utensilios	1	1
Livros e documentação técnica	1	1
Limpeza, higiene e conforto	1	-
	<b>8.491</b>	<b>6.726</b>
<b>Custos com o pessoal:</b>		
Remunerações dos membros dos órgãos sociais (Nota 29)	4.018	3.846
Remunerações do pessoal	743	669
Encargos sociais	130	130
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 24)	2	2
Outros seguros	97	149
Outros gastos	43	25
	<b>5.033</b>	<b>4.821</b>
<b>Amortizações e depreciações:</b>		
Amortizações de activos tangíveis (Nota 12)	5	12
<b>Provisões e imparidade de contas a receber</b>		
Provisões e reversões (nota 25)	3.365	855
<b>Outros custos operacionais:</b>		
Outros impostos	514	929
Perdas em activos fixos	-	15
Outros custos operacionais	294	245
	<b>808</b>	<b>1.189</b>
	<b>17.702</b>	<b>13.603</b>

Os outros trabalhos especializados compreendem essencialmente, custos com a remuneração dos órgãos sociais (Nota 29) e a serviços corporativos, nomeadamente, serviços de contabilidade, serviços de gestão de pessoal, serviços gerais, serviços financeiros e serviços de auditoria, facturados pela subsidiária Galp Energia, S.A. (Nota 28).

## 7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Não aplicável.

## 8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

<b>Proveitos e Custos Financeiros</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos relativos a empresas do grupo (Nota 28)	88.140	49.565
Juros obtidos - outros	158	24
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.813	9.450
	<b>92.111</b>	<b>59.039</b>
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados relativos a empresas do grupo (Nota 28)	749	1.704
Outros juros suportados	63.742	45.302
Comissões	4.692	3.392
Outros custos e perdas financeiros	4.911	10.401
	<b>74.094</b>	<b>60.799</b>

## 9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa e algumas das suas subsidiárias são tributadas de acordo com o regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Empresa. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas nos montantes de 40.025 mEuros e 18.572 mEuros (Nota 28), respectivamente.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 representa um imposto a pagar no montante de mEuros 4.208.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- (i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.
- (ii) Durante os exercícios de 2001 a 2010, a subsidiária Petrogal, S.A. foi objecto de diversas inspecções por parte das autoridades fiscais com incidência sobre os exercícios de 1997 a 2007 e que se encontram a seguir o seu curso normal tendo em consideração a avaliação da empresa. Nos pontos v) a x) abaixo detalham-se os procedimentos em aberto.
- (iii) Durante o exercício de 2009, foi concluída uma acção de inspecção ao exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP – Gás de Portugal SGPS, S.A., cujas correcções são resumidas no ponto ix) abaixo.
- (iv) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2007 a 2010 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que, as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.
- (v) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações gratuitas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos. No decorrer do exercício de 2006, a reclamação relativa ao exercício de 1998 foi indeferida. Por não concordar com o indeferimento, a Petrogal apresentou impugnação judicial da decisão proferida. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 não incluem qualquer provisão para fazer face a esta contingência.
- (vi) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria colectável comunicada a Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respectivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de mEuros 11.865. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo à expectativa do montante adicional a incorrer com aquelas liquidações, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 7.394.
- (vii) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspecção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correcção à matéria colectável comunicada à Petrogal no montante de mEuros 12.098 a que corresponde uma liquidação de mEuros 5.265, que foi contestada e parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de mEuros 2.568 tendo sido reconhecida como custo nas demonstrações dos resultados daquele exercício.
- (viii) Conforme mencionado nos pontos ii) e iii) acima, ocorreu durante o exercício de 2009, uma inspecção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia SGPS e das subsidiárias Petrogal, S.A. e GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.. Desta, resultaram correcções às matérias colectáveis comunicadas às Empresas e que conduzem a uma liquidação adicional de mEuros 23.587, tendo sido prestada uma garantia bancária em Janeiro de 2010 no montante de mEuros 27.010. Por não concordar com a correcção efectuada, a qual respeita essencialmente à tributação de mais-valias fiscais reinvestidas na aquisição de participações financeiras por ser entendimento da Administração Fiscal que a venda de parte das participações financeiras onde foi efectuado o reinvestimento é condição de tributação da totalidade da mais-valia diferida, a Empresa, apoiada pelos seus consultores fiscais e legais, apresentou uma reclamação gratuita onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço, não tendo constituído qualquer provisão para esse efeito.
- (ix) Adicionalmente e em consequência de processos inspectivos ocorridos no decurso do ano de 2010 sobre os exercícios de 2006 e 2007, as declarações da Petrogal S.A foram objecto de correcções que originam montantes de imposto a pagar de mEuros 479 e mEuros 190, respectivamente. Por discordar parcialmente das correcções efectuadas, a empresa não procedeu ao pagamento do montante de mEuros 304 relativamente ao exercício de 2006 e de mEuros 87 relativamente ao exercício de 2007. Dos montantes não pagos, a empresa apresentou ou irá apresentar a respectiva Reclamação Gratuita.

- (x) Será ainda de referir que a subsidiária Petrogal, S.A. em consequência de processo inspectivo ocorrido no decurso do exercício de 2009, foi objecto de uma correcção em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelo montante de mEuros 4.577. Atendendo ao facto da referida correcção respeitar um aspecto meramente formal, a Empresa entende que o supracitado montante não será devido, desde que a formalidade exigida esteja cumprida, o que já se verificou. Neste sentido, a Empresa apresentou reclamação graciosa e subsequente Recurso Hierárquico onde contesta a antedita correcção, não tendo considerado qualquer provisão para esse efeito.
- (xi) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados custos ou proveitos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de impostos sobre o rendimento, a receber e a pagar, tinha a seguinte composição:

	Activo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009
<b>Empresas do grupo:</b>				
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar (Nota 28)	40.025	15.610	18.572	20.455
<b>Estado:</b>				
Imposto a receber/pagar	10.629	10.679	34.456	7.795
	<b>50.654</b>	<b>26.289</b>	<b>53.028</b>	<b>28.250</b>

A estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos resultados fiscais que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 representa um imposto a pagar no montante de mEuros 4.555 e foi calculado como segue:

	2010	2009
Imposto corrente	4.208	(1.639)
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto de anos anteriores	332	543
Imposto Diferido	15	(139)
	<b>4.555</b>	<b>(1.236)</b>

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 e o detalhe dos impostos diferidos:

	2010	2009
<b>Imposto corrente</b>		
<b>Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo IFRS/IAS</b>	359.702	494.763
<b>Acréscimos à matéria colectável</b>	3.633	440
Provisões não aceites fiscalmente	3.235	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	136	200
Outros acréscimos	262	240
<b>Decréscimos à matéria colectável</b>	(348.803)	(501.532)
Outras deduções	(54)	(112)
Decréscimos Eq Patrimonial	(348.749)	(501.420)
<b>Matéria colectável</b>	14.532	(6.329)
IRC Liquidado	3.946	(1.581)
Derrama	218	(95)
Tributações autónomas	44	37
Estimativa de imposto corrente do exercício	4.208	(1.639)
Imposto diferido e excesso de estimativa do exercício	347	403
Imposto sobre o rendimento	4.555	(1.236)
Taxa efectiva de imposto	1,27%	N/A

#### Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos das rubricas de activos por impostos diferidos eram compostos como segue:

	Activos	
	2010	2009
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	6	6
Outros	200	215
	<b>206</b>	<b>221</b>

Os movimentos nas rubricas de impostos diferidos de 2010 e 2009 são justificados como se segue:

	Activos	
	2010	2009
<b>Saldo Inicial</b>	221	82
<b>Efeito em resultados:</b>		
Outros	(15)	139
<b>Saldo Final</b>	<b>206</b>	<b>221</b>

## 10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010	2009
<b>Resultados</b>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção	355.147	495.999
<b>Número de acções</b>	829.250.635	829.250.635
Número médio ponderado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção (Nota 19)		
Resultado por acção básico (valores em Euros)	<b>0,43€</b>	<b>0,60€</b>

O resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico, dado não existirem factores de diluição.

## 11. GOODWILL

Não aplicável.

## 12. ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os activos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de amortização que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota. Nos exercícios de 2010 e 2009 os activos tangíveis têm o seguinte movimento:

	2010					2009				
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total de activos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total de activos tangíveis
<b>Custo de aquisição:</b>										
Saldo em 01 de Janeiro	33	52	295	1.009	1.389	33	52	295	1.009	1.389
Saldo em 31 de Dezembro	33	52	295	1.009	1.389	33	52	295	1.009	1.389
<b>Amortizações:</b>										
Saldo em 01 de Janeiro	(33)	(52)	(281)	(1.009)	(1.375)	(33)	(52)	(269)	(1.009)	(1.363)
Amortização do exercício	-	-	(5)	-	(5)	-	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31 de Dezembro	(33)	(52)	(286)	(1.009)	(1.380)	(33)	(52)	(281)	(1.009)	(1.375)
<b>Saldo acumulado</b>	(33)	(52)	(286)	(1.009)	(1.380)	(33)	(52)	(281)	(1.009)	(1.375)
<b>Valor líquido:</b>										
em 31 de Dezembro	-	-	9	-	9	-	-	14	-	14

Os activos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As amortizações são calculadas conforme definidas na mesma nota. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os activos fixos intangíveis apresentam o seguinte movimento:

	2010		2009	
	Propriedade industrial e outros direitos	Total de activos intangíveis	Propriedade industrial e outros direitos	Total de activos intangíveis
<b>Custo de aquisição:</b>				
Saldo em 01 de Janeiro	8	8	8	8
Saldo em 31 de Dezembro	8	8	8	8
<b>Amortizações:</b>				
Saldo em 01 de Janeiro	(8)	(8)	(8)	(8)
Saldo em 31 de Dezembro	(8)	(8)	(8)	(8)
<b>Valor líquido:</b>				
em 31 de Dezembro	-	-	-	-

## 13. SUBSÍDIOS

Não aplicável.

## 14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de outras contas a receber, não correntes e correntes, apresentavam o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Rubricas	2010		2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Estado e outros entes públicos:</b>				
IVA - Reembolsos solicitados	797	-	797	-
Outros	109	-	109	-
Outras contas a receber - emp. associadas conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	92	-	121	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, participadas e relacionadas (Nota 28)	171.111	2.850.635	460.746	1.387.645
Adiantamentos a fornecedores	137	-	42	-
Pessoal	200	-	172	-
Outras contas a receber	1.194	-	595	-
	<b>173.640</b>	<b>2.850.635</b>	<b>462.581</b>	<b>1.387.645</b>
<b>Acréscimos de proveitos (Nota 28):</b>				
Juros a receber	13.581	-	2.429	-
Outros acréscimos e proveitos	101	-	-	-
	<b>13.682</b>	<b>-</b>	<b>2.429</b>	<b>-</b>
<b>Custos diferidos:</b>				
Juros e outros encargos financeiros	358	-	97	-
Seguros pagos antecipadamente	67	-	141	-
	<b>424</b>	<b>-</b>	<b>239</b>	<b>-</b>
	<b>187.746</b>	<b>2.850.635</b>	<b>465.248</b>	<b>1.387.645</b>
Imparidade de outras contas a receber	(286)	-	(286)	-
	<b>187.461</b>	<b>2.850.635</b>	<b>464.963</b>	<b>1.387.645</b>

## 15. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica, apresentava os saldos de mEuros 4.836 e mEuros 1.018, respectivamente, referentes na sua totalidade, a outras empresas do grupo (Nota 28).

## 16. INVENTÁRIOS

Não aplicável.

## 17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 encontra-se registado pelo seu justo valor, o montante de mEuros 702 (Nota 27), na rubrica de outros investimentos financeiros não correntes, referentes a operações swaps de taxas de juro.

## 18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2010	2009
Numerário	8	7
Depósitos à ordem	426	43.790
<b>Caixa e seus equivalentes no balanço</b>	<b>434</b>	<b>43.797</b>
Descobertos bancários (Nota 22)	(75.991)	(304)
<b>Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa</b>	<b>(75.557)</b>	<b>43.493</b>

## 19. CAPITAL SOCIAL

### Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) com o valor nominal de 1 Euro, e encontra-se subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de acções	2010	2009
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
<b>Número total de acções</b>	<b>829.250.635</b>	<b>829.250.635</b>

Às acções de categoria A estão associadas a alguns direitos especiais consagrados no art. 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- (i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- (ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

O capital da Empresa em 31 de Dezembro de 2010, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º Acções	% Capital
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
ENI S.P.A.	276.472.161	33,34%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
	<b>829.250.635</b>	<b>100%</b>

## 20. OUTRAS RESERVAS

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2010	2009
Reservas legais	165.850	165.850
Reservas livres	27.977	27.977
	<b>193.827</b>	<b>193.827</b>

## 21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Não aplicável.

## 22. EMPRÉSTIMOS

### Detalhe dos empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

Rubricas	2010		2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Empréstimos bancários:</b>				
Empréstimos internos	150.000	250.000	-	100.000
Empréstimos externos	3.716	601.319	2.965	405.036
Descobertos bancários (Nota 18)	75.991	-	304	-
	<b>229.707</b>	<b>851.319</b>	<b>3.269</b>	<b>505.036</b>
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>				
Emissão de 2009	-	700.000	-	700.000
Emissão de 2010	-	300.000	-	-
	-	<b>1.000.000</b>	-	<b>700.000</b>
	<b>229.707</b>	<b>1.851.319</b>	<b>3.269</b>	<b>1.205.036</b>

## CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EMPRÉSTIMOS

### Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.210.000, que se dividem em mEuros 650.000 de médio e longo prazo e mEuros 560.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 250.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de "spreads" variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pela Empresa. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

A Empresa contraiu em 2006 um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respectivamente, à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescida de um "spread" variável e à taxa fixa revisível. No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a empresa procedeu ao reembolso de mEuros 2.965 referente às primeiras duas tranches, de reembolso, deste empréstimo. O montante em dívida referente a este empréstimo é de mEuros 55.035.

Durante o exercício de 2008, a Empresa contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível.

A Empresa contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projecto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de mEuros 500.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 300.000 e mEuros 200.000, que são remuneradas, respectivamente, à taxa de juro fixa revisível e fixa, com o prazo de vencimento de quinze anos, incluindo dois de carência de capital e treze de reembolso.

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com excepção da tranche de mEuros 200.000, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrogal, S.A..

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 201.733, são garantidos por Sindicatos Bancários.

## Empréstimos obrigacionistas

### Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 13 de Maio de 2009 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A..

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., o Caixa – Banco de Investimento, S.A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

### Emissão de 2010 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 12 de Novembro de 2010 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 300.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 50% em 12 de Novembro de 2013 e 50% em 12 de Novembro de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de seis bancos internacionais: Citibank International plc, ING Belgium SA/NV – Sucursal em Portugal, Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, Banco Español de Credito S.A. (Banesto), Caixa d'Estalvis i Pensions de Barcelona "la Caixa" e BB Securities Limited.

## 23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Não aplicável.

## 24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

Rubricas	Corrente	
	2010	2009
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		
IVA a pagar	257	312
Segurança Social	14	14
IRS retenções efectuadas a terceiros	94	92
Pessoal	66	64
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	320.524	214.340
Outros credores	27	53
	<b>320.982</b>	<b>214.875</b>
<b>Acréscimos de custos:</b>		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	450	447
Fornecimentos e serviços externos	192	114
Prémios de produtividade	267	-
Juros a liquidar	13.938	8.589
Prémios de seguro a liquidar	-	14
Custos e perdas financeiros	1	1
Outros acréscimos de custos	1.732	4.039
	<b>16.580</b>	<b>13.205</b>
	<b>337.562</b>	<b>228.080</b>

## 25. PROVISÕES

Em 2010 os movimentos ocorridos na rubrica de provisões foram conforme segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Processos judiciais	333	138	(3)	468
Impostos	3.377	3.230	-	6.607
Outras	6	6	-	12
	<b>3.716</b>	<b>3.374</b>	<b>(3)</b>	<b>7.087</b>

No decurso do exercício de 2010, o aumento de mEuros 3.230 na rubrica de provisões para impostos, corresponde a uma provisão efectuada para fazer face a contingências fiscais em sede de IRC.

## 26. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2010	2009
Fornecedores, conta corrente	320	455
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	32	2
	<b>352</b>	<b>457</b>

## 27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

Foi reconhecido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 mEuros 702 de justo valor sobre derivados de taxa de juro em resultados financeiros.

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo Não corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2009	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-
Alienações durante o ano	(972)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	972
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	702
Justo valor em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	<b>702</b>

Os instrumentos financeiros a 31 de Dezembro de 2010 apresentam as seguintes características:

Tipo de derivado	Taxa de juro	Valor nominal mEuros	Maturidade	Justo valor em derivados em mEuros
<b>Activo</b>	<b>Justo valor através de resultados</b>			
Swap de taxa de juro	Paga Euribor 6 m Recebe 3,438%	200.000	2013	702

Durante o ano de 2010, a Empresa revogou a designação de Cobertura de justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Em conformidade com a IFRS 7 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecta o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3 - inputs para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

O justo valor dos derivados financeiros contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2).



## 28. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, podem ser resumidos como se segue:

### SALDOS ACTIVOS

Empresa	2010					
	Não Corrente		Corrente			Acréscimos e Diferimentos (Nota 14)
	Total das Entidades Relacionadas	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Cientes (Nota 15)	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber	
Adene - Agência para a Energia, S.A.	90	90	-	-	-	-
Combustíveis Líquidos, Lda.	(10)	-	-	-	(10)	-
Dinaqás, S.A.	5.191	-	-	5.117	74	-
Durienseqás, S.A.	10.350	-	-	9.798	552	-
Eni, S.p.A.	1	-	1	-	-	-
Fast Access, S.A.	26	-	22	-	4	-
Gasfomento, S.A.	(4)	-	(4)	-	-	-
Lisboaqás, S.A.	34.693	-	-	32.687	2.005	-
Lisboaqás CUR, S.A.	4.345	-	-	2.821	1.524	-
GDP Serviços, S.A.	5.363	-	154	3.153	2.056	-
GDP Distribuição, SGPS, S.A.	217.462	216.736	-	-	316	410
GALP Power, SGPS, S.A.	134.647	133.809	-	-	-	838
Galp Energia E&P, B.V.	190	-	-	185	5	1
Galp Energia S.A.	3.000	-	-	-	2.899	101
Mediqás, S.A.	8.672	-	-	8.670	3	-
Número Um, S.A.	15	-	4	-	11	-
Paxqás, S.A.	3.520	-	-	3.429	91	-
Petrogal, S.A.	2.537.308	2.500.000	4.238	-	20.737	12.333
Soluns, S.A.	1.425	-	-	1.384	42	-
Galpgeste, S.A.	202	-	-	-	202	-
Galp Power, S.A.	5.601	-	78	5.460	62	-
Galp Açores, Lda.	16	-	16	-	-	-
Galp Madeira, Lda.	15	-	15	-	-	-
CLC, S.A.	1	-	1	-	-	-
Petrogal Angola, Lda.	7	-	-	-	7	-
Petrogal Moçambique, Lda.	58	-	39	-	19	-
Taqus Re, S.A.	16	-	-	-	16	-
Taqusado, S.A.	379	-	-	-	379	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	371	-	-	335	36	-
Asa - Abast.e Serv. Aviação, S.A.	1	-	-	-	1	-
Galpfer, S.L.	3	-	-	-	3	-
Petroqás Guine-Bissau, Lda.	33	-	16	-	17	-
Petromar, Lda.	20	-	(2)	-	23	-
Serviexpress, Portugal, S.A.	115	-	-	-	115	-
Sucursal España	250	-	250	-	-	-
Taqusqás, S.A.	20	-	8	-	11	-
Galp Gás Natural, S.A.	4.219	-	-	-	4.219	-
Transqás, S.A.	96.606	-	-	96.606	-	-
Transqás Armazenagem, S.A.	1.823	-	-	1.467	356	-
Sinecoeração, S.A.	4.405	-	-	-	4.405	-
	<b>3.080.443</b>	<b>2.850.635</b>	<b>4.835</b>	<b>171.111</b>	<b>40.180</b>	<b>13.682</b>

O montante de mEuros 2.850.635, registado na rubrica de empréstimos concedidos, não corrente, respeita essencialmente a suprimentos concedidos às empresas do grupo e são remunerados à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 3% e não têm prazo de reembolso definido. Sendo a expectativa da Administração que os mesmos não venham a ser reembolsados no curto prazo.

O montante de mEuros 171.111, registado na rubrica de empréstimos concedidos, no activo corrente, respeita essencialmente, ao "cash pooling" da Empresa com as empresas do grupo. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de mEuros 40.180, registado na rubrica de outras contas a receber, no activo corrente, mEuros 40.025, respeita ao imposto a receber das empresas no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

O montante de mEuros 13.681 registado em acréscimos e diferimentos, no activo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos, em 31 de Dezembro de 2010, às respectivas empresas do Grupo.

## 2009

Empresa	Não Corrente		Corrente			Acréscimos e Diferimentos (Nota 14)
	Total das Entidades Relacionadas	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Clientes (Nota 15)	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber	
BlueFlag, S.A..	4	-	-	-	4	-
Adene - Agência para a Energia, S.A.	90	90	-	-	-	-
Dinagás, S.A.	4.368	-	-	4.144	224	-
Duriensegás, S.A.	10.966	-	-	10.077	890	-
Eni, S.p.A.	1	-	-	-	-	-
Fast Access, S.A.	26	-	22	-	4	-
Gasfomento, S.A.	(3)	-	-	-	-	-
Lisboagás, S.A.	48.382	-	-	40.847	7.535	-
Lisboagás CUR, S.A.	3.346	-	-	3.346	-	-
GDP Serviços, S.A.	2.591	-	160	-	2.431	-
GDP Distribuição, SGPS, S.A.	209.029	89.510	3	118.339	1.023	155
Galp Power, SGPS, S.A.	98.467	98.046	-	-	-	421
Galp Energia, S.A.	1.867	-	-	-	1.868	-
Lusitaniagás, S.A.	19.017	-	-	19.000	-	17
Mediqás, S.A.	9.156	-	-	8.837	320	-
Paxgás, S.A.	2.627	-	-	2.586	41	-
Petrogal, S.A.	1.310.601	1.200.000	453	82.524	25.793	1.833
Soturis, S.A.	1.469	-	-	1.432	37	-
Galpgeste, S.A.	141	-	-	-	141	-
Galp Power, S.A.	7.259	-	82	7.115	62	-
Galp Exploração, S.A.	24.186	-	113	24.073	-	-
Petrogal Angola, Lda.	39	-	20	-	19	-
Petrogal Moçambique, Lda.	58	-	38	-	20	-
Petrogal Guina-Bissau, Lda.	34	-	18	-	16	-
Tanquisado, S.A.	539	-	-	-	539	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	371	-	-	335	36	-
Asa - Abast.e Serv. Aviação, S.A.	1	-	-	-	1	-
CLT, Lda.	949	-	-	949	-	-
Galpfer, S.L.	3	-	-	-	3	-
Petrogás Guine-Bissau, Lda.	33	-	16	-	17	-
Petromar, Lda.	44	-	22	-	23	-
Galp Suazilândia	22	-	22	-	-	-
Galp Comercial OI, Portugal, S.A.	26.205	-	38	26.168	-	-
Tagusgás, S.A.	8	-	8	-	-	-
Galp Gás Natural, S.A.	(6.133)	-	-	-	(6.133)	-
Transgás, S.A.	86.378	-	-	89.676	(3.298)	-
Transgás Armazenagem, S.A.	322	-	-	-	322	-
Sinecogeração, S.A.	3.539	-	-	2.111	1.428	-
	<b>1.868.007</b>	<b>1.387.645</b>	<b>1.018</b>	<b>441.559</b>	<b>33.365</b>	<b>2.426</b>

O montante de mEuros 1.387.645, registado na rubrica de empréstimos concedidos, no activo não corrente, respeita essencialmente a suprimentos concedidos às empresas do grupo, os quais são remunerados à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 3% e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 441.559, registado na rubrica de empréstimos concedidos, no activo corrente, respeita essencialmente, ao "cash pooling" da Empresa com as empresas do grupo. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de mEuros 33.365, registado na rubrica de outras contas a receber, no activo corrente, mEuros 15.610, respeita ao imposto a receber das empresas no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades, mEuros 10.313, respeitam, ao redêbito à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., dos encargos com a montagem do empréstimo obrigacionista de mEuros 700.000 e mEuros 7.262 a juros vencidos e debitados durante o exercício de 2009.

## SALDOS PASSIVOS

2010

Empresa	Corrente				
	Total das Entidades Relacionadas	Fornecedores	Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 9)	Acréscimos e Diferimentos
Combustíveis Líquidos, S.A.	6	-	-	6	-
Eni, S.p.A.	1.455	84	-	-	1.371
Galp Energia Portugal Holding, B.V.	103.170	-	102.750	-	420
Gasfomento, S.A.	-	(4)	-	4	-
GDP Distribuição, SGPS, S.A.	8.538	-	8.538	-	-
Galp Power, SGPS, S.A.	2.921	-	2.051	870	-
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	2.792	-	2.794	(2)	-
Galp Energia S.A.	8.693	290	8.358	1	44
Petrogal, S.A.	56.945	56	43.678	13.179	32
Soturis, S.A.	21	-	-	21	-
Galpgeste, S.A.	443	-	443	-	-
Sacor Marítima, S.A.	15.695	7	15.687	-	-
Gasmar, S.A.	475	-	475	-	-
SM Internacional, S.A.	617	-	617	-	-
Tripul, S.A.	108	-	108	-	-
Galp Power, S.A.	2.673	-	-	2.673	-
Galp Exploração, S.A.	15.148	-	15.148	-	-
Galp Açores, Lda.	1.318	-	1.318	-	-
Galp Madeira, Lda.	4.753	3	4.750	-	-
Tanquisado, S.A.	15.754	-	15.737	18	-
CLT, Lda.	2.610	-	1.857	753	-
CORS, Lda.	1.490	1	1.489	-	-
Serviexpress, Portugal, S.A.	17	-	-	17	-
Galp Gás Natural, S.A.	93.541	13	93.524	-	4
Transqás, S.A.	925	-	-	925	-
Sinecoeração, S.A.	667	-	612	55	-
Portocoeração, S.A.	625	-	592	33	-
Galp Central Ciclo Combinado, S.A.	17	-	-	17	-
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A.	2	-	-	2	-
	<b>341.419</b>	<b>450</b>	<b>320.524</b>	<b>18.572</b>	<b>1.871</b>

Do montante de mEuros 320.524, registado na rubrica de empréstimos obtidos, correntes mEuros, 102.750 respeita ao empréstimo concedido pela empresa Galp Energia Portugal Holding, B.V. e mEuros 217.174 ao "cash pooling" da Empresa com as empresas do grupo. Os empréstimos obtidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

O montante de mEuros 18.572 em outras contas a pagar, respeita ao imposto a pagar às empresas do grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

Empresa	Corrente				
	Total das Entidades Relacionadas	Fornecedores	Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar	Acréscimos e Diferimentos
Combustíveis Líquidos, S.A.	6	-	-	6	-
Eni, S.p.A.	3.652	-	-	-	3.652
Amorim, B.V.	387	-	-	-	387
Galp Energia Portugal Holding, B.V.	30.021	-	30.008	-	12
Gasfomento, S.A.	1	-	-	5	-
Lisboagás CUR, S.A.	581	-	-	581	-
GDP Serviços, S.A.	6.512	-	6.512	-	-
GDP Distribuição, SGPS, S.A.	479	-	-	479	-
Galp Power, SGPS, S.A.	10.752	-	9.621	1.131	-
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	8.500	-	8.487	13	-
Galp Energia S.A.	15.900	239	15.633	1	27
Medigás, S.A.	89	-	-	89	-
Paxgás, S.A.	56	-	-	56	-
Galp Gás Propano, S.A.	3.002	-	3.000	-	2
Petrogal, S.A.	13.708	58	-	13.650	-
Soturis, S.A.	21	-	-	21	-
Galpgeste, S.A.	2.821	-	2.821	-	-
Sacor Marítima, S.A.	30.995	2	30.993	-	-
Gasmar, S.A.	441	-	441	-	-
SM Internacional, S.A.	623	-	623	-	-
Tripul, S.A.	347	-	347	-	-
Galp Power, S.A.	2.478	-	-	2.478	-
Galp Açores, Lda.	3.556	-	3.555	-	-
Galp Madeira, Lda.	5.368	-	5.368	-	-
Tanquisado, S.A.	15.548	-	15.530	18	-
CLT, Lda.	1.280	-	-	1.280	-
CORS, Lda.	6.004	-	6.000	-	4
Serviexpress, Portugal, S.A.	17	-	-	17	-
Galp Gás Natura, S.A.	74.347	7	74.340	-	-
Transgás, S.A.	384	-	-	384	-
Transgás Armazenagem, S.A.	1.085	-	1.060	24	-
Sinecogeração, S.A.	192	-	-	192	-
Spower, S.A.	6	-	-	6	-
Portocogeração, S.A.	25	-	-	25	-
	<b>239.183</b>	<b>306</b>	<b>214.340</b>	<b>20.455</b>	<b>4.084</b>

Transacções

Empresa	2010			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros (Nota 8)	Custos financeiros (Nota 8)
Amorim, B.V.	586	-	-	-
CLT, Lda.	-	-	(16)	1
CORS, Lda.	-	-	-	5
Dianaqás, S.A.	-	-	(105)	-
Durienseqás, S.A.	-	-	(206)	-
Eni, S.p.A.	2.683	-	-	-
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	-	-	-	14
Galp Açores, Lda.	-	(156)	(1)	8
Galp Energia España, S.A.	1	-	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B.V.	-	-	(4)	435
Galp Energia S.A.	2.272	(219)	(2)	14
Galp Exploração, S.A.	-	(1.046)	(1.053)	4
Galp Gás Natural, S.A.	62	(411)	(6)	143
Galp Gás Propano, S.A.	-	-	-	7
Galp Madeira, Lda.	-	(156)	-	20
Galp Power, S.A.	-	(780)	(117)	-
Galp Power, SGPS, S.A.	-	-	(3.949)	8
Galpgeste, S.A.	-	-	(1)	5
GásInsular, Lda.	-	-	(6)	-
Gasmar, S.A.	-	-	-	1
GDP Distribuição, SGPS, S.A.	-	-	(8.050)	7
GDP Serviços, S.A.	-	(2.074)	(10)	4
Lisboaqás, S.A.	-	-	(731)	-
Lisboaqás CUR, S.A.	-	-	(22)	6
Lusitaniaqás, S.A.	-	-	(176)	-
Mediqás, S.A.	-	-	(193)	-
Paxqás, S.A.	-	-	(66)	-
Petrogal, S.A.	675	(4.446)	(70.974)	3
Port Cogeração, S.A.	-	(2)	(76)	-
Sacor Marítima, S.A.	-	-	-	43
Sinecogeração, S.A.	-	-	(108)	5
SM Internacional, S.A.	-	-	-	1
Soturis, S.A.	-	-	(30)	-
Spower, S.A.	-	-	(5)	-
Petrogal Sucursal, España	-	(500)	-	-
Tagus Re, S.A.	-	(30)	-	-
Tanquisado, S.A.	-	-	-	15
Transqás Armazenagem, S.A.	-	-	(38)	-
Transqás, S.A.	-	-	(2.195)	-
	<b>6.279</b>	<b>(9.820)</b>	<b>(88.140)</b>	<b>749</b>

Do montante de mEuros 6.279 registado em custos operacionais, mEuros 3.269 referem-se a custos com os Administradores, debitados pelas accionistas ENI e Amorim, B.V., mEuros 2.272 aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S.A., no âmbito da sua actividade, nomeadamente, aos serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

Do montante de mEuros 9.820 registado em proveitos operacionais, em 2010, o montante de mEuros 7.381 respeita a serviços de gestão e mEuros 2.438 a redébitos de pagamentos efectuados, por conta de outras empresas do grupo.

O montante de mEuros 88.140 refere-se a juros de empréstimos concedidos a outras empresas do grupo, vencidos durante o exercício de 2010.

## Transacções

Empresa	2009			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Dianaqás, S.A.	-	-	-	(102)
Durienseqás, S.A.	-	-	-	(269)
Eni, S.p.A.	1.531	-	-	-
Amorim, B.V.	691	-	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B.V.	-	-	12	-
Lisboagás, S.A.	3	-	-	(873)
Lisboagás CUR, S.A.	-	-	-	(254)
GDP Serviços, S.A.	-	(1.621)	37	-
GDP Distribuição, SGPS, S.A.	-	-	-	(6.124)
Galp Power, SGPS, S.A.	-	-	25	(2.980)
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	-	-	25	(49)
Gásinsular, Lda.	-	-	-	(13)
Galp Energia S.A.	2.361	(168)	64	(6)
Lusitaniagás, S.A.	-	-	-	(428)
Medigás, S.A.	-	-	-	(224)
Paxgás, S.A.	-	-	-	(56)
Port Cogeração, S.A.	-	-	-	(247)
Petrogal, S.A.	604	(4.696)	-	(33.275)
Soturis, S.A.	-	-	-	(37)
Galpgeste, S.A.	-	-	19	(3)
Sacor Marítima, S.A.	-	-	257	(1)
Gasmar, S.A.	-	-	3	-
SM Internacional, S.A.	-	-	5	-
Tripul, S.A.	-	-	2	-
Galp Power, S.A.	-	(820)	-	(160)
Galp Exploração, S.A.	-	(1.133)	1	(2.451)
Galp Açores, Lda.	-	-	46	(1)
Galp Madeira, Lda.	-	-	61	-
Petrogal Angola, Lda.	-	-	-	(1)
Tagus Re, S.A.	-	(21)	132	-
Tanquisado, S.A.	-	-	45	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	-	-	-	(1)
CLT, Lda.	-	-	-	(149)
Galp Suazilândia	-	(22)	-	-
Galp Comercialização Oil Portugal	-	-	-	(215)
CORS, Lda.	-	-	33	-
Petrogal Sucursal, Espanha	-	-	-	(335)
Galp Gás Natural, S.A.	55	(55)	859	(33)
Transgás, S.A.	-	-	49	(1.573)
Transgás Armazenagem, S.A.	-	-	12	-
Sinocogeração, S.A.	-	-	-	(36)
Outras	-	-	17	-
	<b>5.245</b>	<b>(8.536)</b>	<b>1.704</b>	<b>(49.896)</b>

## 29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compõe-se como segue:

	Dezembro de 2010					Dezembro de 2009				
	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Total	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Total
<b>Órgãos sociais da Galp Energia SGPS:</b>										
Administradores executivos	3.171	355	917	214	4.657	2.816	104	707	214	3.841
Administradores não executivos	1.284	68	69	45	1.466	1.587	(10)	282	45	1.904
Conselho Fiscal	93	-	-	-	93	92	-	-	-	92
Assembleia Geral	4	-	-	-	4	3	-	-	-	3
	<b>4.552</b>	<b>423</b>	<b>986</b>	<b>259</b>	<b>6.220</b>	<b>4.498</b>	<b>94</b>	<b>989</b>	<b>259</b>	<b>5.840</b>

Do montante de mEuros 6.220 e mEuros 5.840, registados nos exercícios de 2010 e 2009 respectivamente, mEuros 4.018 e mEuros 3.846 foram contabilizados em custos com o pessoal (Nota 6) e mEuros 2.202 e mEuros 1.994 foram contabilizados em fornecimentos e serviços de externos.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativas a valores imputar a este exercício.

A informação relativa aos honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída, na informação divulgada, no relatório de governo do Grupo.

## 30. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2009 atribuídos aos accionistas da Empresa ascenderam a mEuros 165.850, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 26 de Abril de 2010, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 49.755 durante o exercício de 2009 e liquidados no exercício de 2010 o restante montante de mEuros 116.095.

Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos antecipados por conta do resultado líquido do exercício de 2010 no montante mEuros 49.755.

## 31. RESERVAS PETROLÍFERAS

Não aplicável

## 32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

### GESTÃO DO RISCO

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco, de mercado (risco de taxa de juro), de liquidez e de crédito, inerentes à sua actividade, que influenciam os seus resultados financeiros.

### RISCOS DE MERCADO

#### Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com a dívida bancária remunerada. O objectivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como "swaps".

### RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou "cash-flows" do negócio são afectados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O Grupo Galp Energia financia-se através dos "cash-flows" gerados pela sua actividade e, adicionalmente, mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (plafond), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os plafonds de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados são suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

### RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

## 33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

### ACTIVOS CONTINGENTES

- (i) Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. (actualmente designada Galp Energia, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S.A. (actualmente designada Galp Gás Natural, S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A.. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um "upside" para estas empresas, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S.A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

### GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 50.132, sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de mEuros 49.549 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- Garantia prestada no montante de mEuros 520 a favor da EDP - Distribuição de Energia, S.A., para garantir que a empresa possa fornecer electricidade no mercado eléctrico português;
- Em 31 de Dezembro de 2010, existiam créditos de importação por utilizar de Standby letter no montante de mUSD 12.900 referente a prémios de seguros.

## 34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

## 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não aplicável.

## 36. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

A Empresa adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) a partir de 1 de Janeiro de 2010, aplicando para o efeito o normativo “IFRS 1 – First-time adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004 por ter sido essa a data de transição para IFRS, das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Em virtude de as últimas demonstrações financeiras individuais, apresentadas para fins estatutários, terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“POC”) e em face da data de transição referida apresenta-se o efeito nos capitais próprios em 1 de Janeiro de 2009 e 1 de Janeiro de 2010, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações expressas em IFRS as quais são como se segue:

Descrição	1 de Janeiro de 2010	1 de Janeiro de 2009
<b>Capitais próprios - POC</b>	<b>2.364.116</b>	<b>2.279.472</b>
<b>Ajustamentos:</b>		
Participações financeiras em empresas associadas	(740.816)	(961.082)
Activos tangíveis	-	(11)
Participações financeiras	58	-
Impostos diferidos	6	6
<b>Total dos ajustamentos</b>	<b>(740.752)</b>	<b>(961.087)</b>
<b>Capital próprio - IFRS</b>	<b>1.623.364</b>	<b>1.318.385</b>



Apresenta-se de seguida as demonstrações financeiras comparativas POC vs IAS/IFRS, à data de 31 de Dezembro de 2009:

Rubricas	Saldo POC em 31.12.2009	Ajustamentos	Saldo IAS/IFRS em 31.12.2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos tangíveis	14	-	14
Goodwill	55	(55)	-
Participações financeiras em associadas	1.908.685	(740.784)	1.167.901
Participações financeiras em participadas	345	(21)	324
Outras contas a receber	1.387.645	-	1.387.645
Activos por impostos diferidos	215	6	221
<b>Total do activo não corrente</b>	<b>3.296.959</b>	<b>(740.854)</b>	<b>2.556.105</b>
<b>Activos corrente:</b>			
Clientes	1.018	-	1.018
Outras contas a receber	464.963	-	464.963
Imposto sobre o Rendimento a receber	26.289	-	26.289
Caixa e seus equivalentes	43.797	-	43.797
<b>Total do activo corrente</b>	<b>536.067</b>	<b>-</b>	<b>536.067</b>
<b>Total do activo:</b>	<b>3.833.026</b>	<b>(740.854)</b>	<b>3.092.172</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital nominal	829.251	-	829.251
Prémios de emissão	82.006	-	82.006
Outras reservas	193.828	-	193.828
Resultados acumulados	973.818	(951.537)	22.281
Resultado líquido do período	285.214	210.784	495.999
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.364.116</b>	<b>(740.753)</b>	<b>1.623.364</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	505.036	-	505.036
Empréstimos obrigacionistas	700.000	-	700.000
Responsabilidades por benefícios de reforma, saúde e vida	6	-	6
Provisões	3.813	(103)	3.711
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>1.208.854</b>	<b>(103)</b>	<b>1.208.752</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	3.269	-	3.269
Fornecedores	457	-	457
Outras contas a pagar	228.080	-	228.080
Imposto corrente sobre rendimento a pagar	28.250	-	28.250
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>260.056</b>	<b>-</b>	<b>260.056</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.468.910</b>	<b>(103)</b>	<b>1.468.808</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>	<b>3.833.026</b>	<b>(740.856)</b>	<b>3.092.172</b>

Rubricas	Saldo POC em 31.12.2009	Ajustamentos	Saldo IAS/IFRS em 31.12.2009
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Rédito dos serviços prestados	7.937	-	7.937
Outros rendimentos operacionais	769	-	769
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>8.706</b>	<b>-</b>	<b>8.706</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Materiais e serviços consumidos	6.726	-	6.726
Gastos com o pessoal	4.821	-	4.821
Gastos com amortizações e depreciações	67	(55)	12
Provisões e imparidade de contas a receber	855	-	855
Outros gastos operacionais	1.174	15	1.189
<b>Custos operacionais</b>	<b>13.643</b>	<b>(40)</b>	<b>13.603</b>
<b>Resultados operacionais:</b>	<b>(4.937)</b>	<b>40</b>	<b>(4.897)</b>
Rendimentos financeiros	59.039	-	59.039
Gastos financeiros	(60.799)	-	(60.799)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	290.676	210.744	501.420
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>283.979</b>	<b>210.784</b>	<b>494.763</b>
Imposto sobre o rendimento	(1.236)	-	(1.236)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>285.214</b>	<b>210.784</b>	<b>495.999</b>

As contas POC apresentadas encontram-se reexpressas de acordo com as regras de apresentação das IAS/IFRS.

Relativamente às demonstrações financeiras publicadas em 2009, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, a posição financeira, apresentava um total de activo de mEuros 3.833.026 e de passivo de mEuros 1.468.910, com uma diferença de mEuros 740.751 face aos montantes de activo e passivo agora apresentados, derivado de reclassificações efectuadas conforme preconizado pelas normas IAS/IFRS.

### **PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS**

Nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o POC as participações financeiras em empresas subsidiárias encontravam-se apresentadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o normativo IFRS as participações financeiras em empresas subsidiárias são apresentadas pelo seu custo de aquisição nas demonstrações financeiras individuais.

Em virtude desta diferença de política contabilística na transição para IFRS a apropriação dos resultados das empresas subsidiárias encontra-se revertida.

## **37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2011.

### **O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. Luca Bertelli

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng<sup>o</sup>. Maria Rita Galli

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS INDIVIDUAIS

#### INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo total de 4.291.716 milhares de Euros e capitais próprios de 1.812.661 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido no montante de 355.147 milhares de Euros), as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou o seu resultado e o rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 7 abaixo, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### ÊNFASES

6. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras a Empresa, no processo de transição para o novo sistema de normalização contabilística, optou pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia ("IAS/IFRS"). Neste processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC") para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, em virtude de ter sido essa a data definida pelo Grupo Galp Energia aquando da transição para IAS/IFRS das suas demonstrações financeiras consolidadas. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IAS/IFRS. Na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras encontram-se detalhadas as divulgações adicionais exigidas neste processo de transição.
7. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual. Conforme indicado na Nota 2.2 do Anexo, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados ao custo de aquisição, ajustado por eventuais perdas por imparidade. A Empresa preparou demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para aprovação e publicação em separado.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total do activo de 4.291.716 milhares de Euros e um total do capital próprio de 1.812.661 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 355.147 milhares de Euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras individuais. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IAS/IFRS”)), tal como adoptadas na União Europeia.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IAS/IFRS”)), tal como adoptadas na União Europeia.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

### ÊNFASE

9. Conforme referido na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras a Empresa adoptou, pela primeira vez em 2010, na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais, as IAS/IFRS. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”) para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, em virtude de ter sido essa a data definida pelo Grupo Galp Energia aquando da transição para IAS/IFRS das suas demonstrações financeiras consolidadas. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IAS/IFRS. Na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras individuais encontram-se detalhadas as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por  
Pedro Matos Silva

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS INDIVIDUAIS

Exmos. Senhores Accionistas

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. examinou o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais, nomeadamente a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração da Alteração no Capital Próprio, a Demonstração no Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e, conseqüentemente, vem submeter à vossa aprovação o seu Relatório e Parecer.
2. Este Conselho Fiscal foi nomeado pelos accionistas, em Assembleia Geral, por deliberação social unânime, para desempenhar as competências previstas na Lei e nos Estatutos.
3. No ano anterior, e no desempenho das nossas tarefas, elaborámos, também, o relatório e parecer do Conselho Fiscal.
4. A Galp Energia opera no sector petrolífero e do gás natural e, no âmbito das nossas funções, acompanhámos com assiduidade o desenvolvimento da sua actividade e da sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e das Direcções de Serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes.
5. O nosso trabalho consistiu, sempre, em cumprir com o disposto no art.º 20º dos Estatutos, que para além das matérias consagradas legalmente, obriga propor à Assembleia Geral a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, nomear ou destituir os auditores externos, acompanhar de modo permanente a actividade da Galp Energia e das suas participadas e ainda dar parecer sobre os procedimentos internos em matéria de auditoria e sobre as práticas contabilísticas seguidas pela Galp Energia.
6. O Conselho Fiscal reuniu mensalmente, na sede social, tendo desenvolvido várias acções, das quais destaca as seguintes:
  - 6.1 Acompanhamento da gestão e dos negócios da Galp Energia através de reuniões, frequentes, havidas quer com o Conselho de Administração quer com a Comissão Executiva, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;
  - 6.2 Análise da informação financeira divulgada;
  - 6.3 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
  - 6.4 Apreciação das políticas contabilísticas da Galp Energia quanto à sua adequação e consistência;
  - 6.5 Apreciação da eficácia do controle interno, da gestão de riscos e dos ajustamentos às contas, obtidas junto do revisor oficial de contas e do auditor externo.
7. O Conselho Fiscal tomou, também, conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas individuais emitida, nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documento este que mereceu a nossa concordância.
8. Verificámos que o relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
9. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Individuais e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados líquidos do exercício a 31 de Dezembro de 2010.
10. Com base no relatório exposto, somos de parecer:
  - 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais da Galp Energia SGPS, S.A., tal como são apresentados, referentes ao exercício de 2010;
  - 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
  - 3º - Que seja aprovado um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios da Galp Energia.
11. O Conselho Fiscal declara ainda que tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do n.º1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários para as contas individuais (i) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia, (ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e (iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a Galp Energia se defronta na sua actividade.

Lisboa, 14 de Março de 2011

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal - José Gomes Honorato Ferreira

Vogal - José Maria Ribeiro da Cunha

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO



DESIGN E CONCEPÇÃO

**STRATDESIGN** ➤





Galp Energia, SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Direcção de Relações com Investidores e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C  
1600-209 Lisboa  
Tel.: +351 217 240 866  
Fax: +351 217 242 965  
e-mail: [investor.relations@galpenergia.com](mailto:investor.relations@galpenergia.com)  
[www.galpenergia.com](http://www.galpenergia.com)

